

CONCURSO PÚBLICO
INSTITUTO RIO BRANCO
MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES
CARGO: TERCEIRO SECRETÁRIO DA CARREIRA DE DIPLOMATA
PROVA ESCRITA – TERCEIRA FASE
GEOGRAFIA – QUESTÃO 1

PADRÃO DE RESPOSTA

1 Conceitos de risco, catástrofe e vulnerabilidade como elementos de produção social que correlaciona natureza e políticas

Existe um grande número de publicações internacionais que definem risco e vulnerabilidade, especialmente na perspectiva de perdas de vidas humanas ocasionadas por desastres. O **risco** é o fato provável em permanente ameaça para o homem e para a natureza. O conceito de risco está associado à probabilidade de perigo, com ameaça física para o homem e(ou) o meio ambiente, projetando, com alerta, o futuro de grupos sociais, de cidades, de países, do mundo; também aponta para tensão tanto a social quanto a natural, vinculadas e(ou) recíprocas, que podem emergir e fazer reproduzir o fato destrutor. Deve ser considerado que riscos ambientais e fragmentação social são convergentes, pois espaços de pobreza ou marginais constituem, frequentemente, cenas de catástrofes, em diferentes escalas de territórios.

A chamada **catástrofe** é a realização do risco que, decididamente, tem importante componente social, pois decorre da organização dos grupos humanos no território atingido, na mescla criada por fenômenos sociais e ação da natureza. Assim, a existência do risco depende de fatores naturais e do comportamento dos grupos sociais no ordenamento do território, concomitantemente. Caracterizam-se as catástrofes pelas grandes perdas humanas e econômicas sofridas em um lapso de tempo; são fenômenos de caráter social, em termos do impacto e da origem — podendo esta ser natural —, assim como das reações e respostas que tais catástrofes suscitam na sociedade política e civil.

A **vulnerabilidade**, essencialmente, diz respeito à exposição a um risco possível, que revela a fragilidade de um sistema. Ao envolver aspectos econômicos, refere-se a custos potenciais diretos de catástrofes, como danos a imóveis e a infraestrutura territorial. No âmbito sócio-organizacional, trata-se de fragilizados física e psicologicamente, com envolvimento na dimensão patrimonial e simbólica da vida. A vulnerabilidade é social, antes de tudo, e é definida pela posição do grupo na sociedade e de cada indivíduo no interior do grupo. A associação com a renda é direta. Invariavelmente, são as camadas mais pobres da população as mais atingidas com as situações de risco e de vulnerabilidade. Pode ser dito, ainda, que a vulnerabilidade tem uma dimensão objetiva — mensurável do ponto de vista socioeconômico e ambiental — e outra subjetiva, dada pela percepção social da própria vulnerabilidade, o que leva à correlação necessária entre os dados concretos oficiais sobre a vulnerabilidade. É importante frisar que o **risco** em sentido amplo, a **catástrofe** como a operação do risco e a **vulnerabilidade** social e ambiental não podem ser enfocados sem que sejam considerados o contexto histórico que os tenha produzido e, especialmente, as relações com o espaço geográfico, os modos de ocupação do território e as relações sociais características da época.

2 Formas como as práticas de desenvolvimento e as infraestruturas podem gerar riscos e vulnerabilidades

A realização da ameaça anunciada como risco enlaça políticas e economias espaciais, associadas às narrativas da vida, da morte, da produção e do consumo tecnológicos. São justamente tais narrativas que, somadas ao desenvolvimento de base técnica e tecnológica podem retroalimentar o risco como componente econômico e político. Nesse sentido, **práticas de desenvolvimento e infraestruturas espaciais estabelecidas** podem gerar riscos e vulnerabilidades quando há um descompasso entre o seu potencial de impacto e suas componentes hegemônicas sobre o território e os seguintes pontos: (i) a pertinência da apropriação e de usos/capacidade de carga do território e (ii) as estruturas econômicas, os interesses populares e o potencial de preservação dos diferentes grupos sociais localizados. A dicotomia sociedade × natureza, uma construção do século XIX, garantiu com a justificativa das benesses técnicas a manipulação da natureza, a ponto de, paradoxalmente, favorecer a produção socioeconômica dos riscos, no século XXI. Nesse sentido, a discussão ambiental conduzida de acordo com categorias tecnocímico-biológicas deixa escapar os conteúdos e as consequências sociais, políticas e culturais dos riscos da modernização realizados com os eventos naturais.

3 Situação do agronegócio como um caso ou fenômeno latino-americano relativo a desenvolvimento e infraestruturas geradoras de riscos e vulnerabilidades

Um dos muitos exemplos de casos ou fenômenos latino-americanos sobre desenvolvimento e infraestruturas geradoras de riscos e de vulnerabilidades diz respeito ao agronegócio. Várias fontes comentam o aumento exacerbado do uso de fertilizantes agrícolas na maioria dos países do continente, o que sugere o descompasso do desenvolvimento em duas de suas variantes: a individual-social, que promove a vulnerabilidade no consumo, e a econômica-capitalista, alavancada pela produção tecnificada. À exceção de Cuba, que apresenta reduzida incidência de uso de insumos agrícolas e conseqüente redução de índices de risco à vida humana, vários outros países tiveram grande elevação dos riscos à saúde e à vida, por meio do uso indiscriminado de fertilizantes, nos últimos vinte anos. O Brasil apresenta um dos maiores aumentos no uso dos insumos, relativamente à América Latina e ao Caribe, pela característica globalizada da sua produção na dimensão do agronegócio tecnificado.

CONCURSO PÚBLICO
INSTITUTO RIO BRANCO
MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES
CARGO: TERCEIRO SECRETÁRIO DA CARREIRA DE DIPLOMATA
PROVA ESCRITA – TERCEIRA FASE
GEOGRAFIA – QUESTÃO 2

PADRÃO DE RESPOSTA

1 Conceitos e diferenças conceituais entre Amazônia brasileira, Amazônia transnacional, região Norte e Amazônia Legal

1.1 Amazônia brasileira: O Brasil abriga 60% da floresta amazônica. A Amazônia brasileira é a área de ocorrência do bioma amazônico ou floresta equatorial amazônica que se estende pelos estados do Acre, Amapá, Amazonas, Mato Grosso, Pará, Rondônia, Roraima e partes do Tocantins e Maranhão. Ela representa 53% da área terrestre total do Brasil (5 milhões de quilômetros quadrados), abriga uma população de 25 milhões de habitantes e gera quase 8% do PIB brasileiro.

1.2 Amazônia transnacional: a Amazônia transnacional corresponde à região formada pelo bioma amazônico e que ocupa o território de nove países da América do Sul: Brasil, Guiana Francesa, Suriname, Guiana, Venezuela, Colômbia, Peru, Equador e Bolívia. Trata-se de região que integra fronteiras internacionais e diversos interesses de Estados Nacionais, corporações, populações locais e diferentes agentes, uma vez que a região amazônica ocupa mais de 50% do subcontinente sul-americano e envolve nove países.

1.3 Região Norte: O IBGE criou em 1969 uma nova divisão regional do Brasil, tendo dividido o país em cinco macrorregiões de planejamento: Norte, Nordeste, Sul, Sudeste e Centro-Oeste. A região Norte é formada por sete unidades da Federação: Acre, Amapá, Amazonas, Pará, Roraima, Rondônia e Tocantins. Há um equívoco em se comparar Região Norte com a totalidade da Amazônia, pois há áreas dentro dessa região que não se encontram dentro do bioma amazônico, como o Tocantins, incorporado à região Norte em 1988.

1.4 Amazônia Legal: A Amazônia Legal é uma área que corresponde a 59% do território brasileiro e engloba a totalidade de oito estados (Acre, Amapá, Amazonas, Mato Grosso, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins) e parte do estado do Maranhão (a oeste do meridiano de 44° W), perfazendo 5,0 milhões de km². Nela residem 56% da população indígena brasileira. O conceito de Amazônia Legal foi instituído em 1953 e seus limites territoriais decorrem da necessidade de planejar o desenvolvimento econômico da região e, por isso, não se resumem ao ecossistema de selva úmida, que ocupa 49% do território nacional e se estende também pelo território de oito países vizinhos. Os limites da Amazônia Legal foram alterados várias vezes em consequência de mudanças na divisão política do país. O Plano Amazônia Sustentável (PAS), lançado em maio de 2018, pelo governo federal, considera integralmente o estado do Maranhão como parte da Amazônia brasileira.

2 O paradigma da relação sociedade-natureza que norteou o povoamento e a ocupação da Amazônia

2.1 O povoamento e desenvolvimento da Amazônia foram pautados no paradigma da relação sociedade-natureza, que Kenneth Boulding denomina de economia de fronteira, perspectiva em que o crescimento econômico é visto como linear e infinito.

2.2 Essas ações de ocupação basearam-se ainda na contínua incorporação de terra e de recursos naturais, que são também percebidos como infinitos. Esse paradigma da economia de fronteira caracteriza toda a formação latino-americana.

3 Processos territoriais nacionais e transnacionais e seus agentes

3.1 Processos territoriais nacionais:

A) avanço econômico significativo na tecnificação da agroindústria no cerrado, nas bordas do bioma amazônico e ao longo dos eixos de transporte da região. Seus agentes são os produtores agropecuários e as corporações do setor. B) As redes e cidades permitem a expansão dessa área econômica avançada, chamada de “arco de fogo”, ou do desmatamento ou “de terras degradadas”, onde se expandiram a fronteira e o desmatamento em razão da ação de madeireiras legais e ilegais. C) Preza-se pelo uso conservacionista da floresta, defendido pela produção familiar, pelos ambientalistas e por diversas categorias de cientistas. D) A sociedade civil passou a ser um agente fundamental, tanto no campo como nas cidades, especialmente pelas suas reivindicações de cidadania, que inclusive influenciam no desenvolvimento urbano. E) O Grupo de Trabalho Amazônico (GTA) tem 315 associações, entre elas a Federação das Organizações Indígenas. Os indígenas são espertíssimos, aprendem tudo rapidamente, mantêm a sua cultura e crescem em um ritmo que é o dobro da taxa nacional. Além disso, criam ONGs para ajudar outras comunidades não tão informadas como a deles. F) Projeto de colonização em que a produção familiar é organizada e tem uma força política significativa e cujos agentes são o INCRA e os agricultores assentados. G) Atores fundamentais são os governos estaduais, que, com a crise do Estado central, assumiram responsabilidades e força política. É interessante e importante saber que esses governos, por suas condições histórico-geográficas, têm estratégias diferentes. H) O governo federal e seus projetos de intervenção no território como: pavimentação e expansão da rede rodoviária, grandes projetos hidroelétricos, segurança nacional, industrialização; empresas e grupos de mineradores: extração de diversos tipos de minérios dentro e fora do território nacional.

3.2 Processos territoriais transnacionais:

A) Questões como indigenismo e ambientalismo expressam a dinâmica desses conflitos na Amazônia e lançam a região diretamente ao palco das tensões entre localismos e universalismos. Seus agentes são ONGs e organismos internacionais que envolvem diversos países. B) Os conhecimentos de biotecnologia e sobre a Amazônia configuram elemento chave para o fornecimento de matérias-primas para essa atividade. C) Acirram-se as contradições entre esses interesses mais amplos e poderosos e aqueles até então orquestrados pelos grupos nacionalistas e internacionais. Apesar de uma polarização aparente entre desenvolvimentistas e ambientalistas, os elementos conflitantes não se constituem em blocos homogêneos. Nessa arena, inúmeros atores sociais podem ser identificados, tais como o empresariado nacional e regional, empresas multinacionais com interesses econômicos na região, e outros com influência nacional, como os militares, que buscam reconquistar influência na geopolítica da região. D) A ação governamental permanece contraditória, ora concedendo incentivos e redução de impostos a atividades predatórias, ora viabilizando medidas de proteção ambiental. O impacto dos poderes desterritorializados sobre a soberania nacional a encurrala entre os interesses transmundiais, progressivamente mais hegemônicos, a ofensiva dos grupos nacional-desenvolvimentistas e o corporativismo dos militares, que partilham ideologias persecutórias sobre a internacionalização da Amazônia. E) Igualmente se verifica a atuação de grupos ligados ao ascendente mercado de produtos naturais e de biotecnologia, as diferentes tendências do movimento eco ambientalista e os socialmente excluídos da própria Amazônia, como os indígenas e os seringueiros. Em conflito com esses últimos, observa-se a influência do ambientalismo preservacionista em órgãos governamentais como o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente (IBAMA). F) Os projetos de integração transnacional levados a frente pelo governo brasileiro e seus vizinhos latino americanos.

CONCURSO PÚBLICO
INSTITUTO RIO BRANCO
MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES
CARGO: TERCEIRO SECRETÁRIO DA CARREIRA DE DIPLOMATA
PROVA ESCRITA – TERCEIRA FASE
GEOGRAFIA – QUESTÃO 3

PADRÃO DE RESPOSTA

1 Abordagens espaciais e(ou) territoriais, no campo do saber geográfico, durante a fase inicial do determinismo ou ambientalismo geográfico

A constituição científica da geografia, ao final do século XIX, é especialmente fundamentada no determinismo ambiental ratzeliano. Alguns pontos estruturantes dessa fase dizem respeito a i) desequilíbrios regionais vistos como originados de fatos naturais; ii) distância entendida como distância física impeditiva do desenvolvimento; iii) isolamento como fato geomorfológico; iv) pobreza encarada como fato geológico; v) visão geográfica de problemas históricos e socialmente determinados como portadores de um intransponível fundamento natural. A funcionalidade da concepção determinista esteve em fortalecer o senso comum, a ideologia das classes dirigentes e a superficialidade do nível científico. Essa geografia determinista evitou a reflexão política sobre os desequilíbrios regionais e o mascaramento das escolhas de política territorial dos grupos dominantes. Nessa fase, a incorporação da filosofia positivista contribuiu para que os *fatos* — problemas a serem interpretados ou dados estatísticos inertes a serem registrados ou classificados — fossem tomados na dimensão geométrica do mundo. O ambiente deixou de ocupar um lugar privilegiado na história da geografia não porque o determinismo geográfico faça a geografia centrada em questões causais, mas porque a visão determinista ou ambientalista é funcional à ideologia e à concepção do mundo e da sociedade que dominam a época capitalista. O determinismo geográfico reflete de forma mistificada a condição de alienação do território em relação ao homem. Para o determinista, o território, no sistema capitalista, torna-se uma força autônoma que se contrapõe ao homem e o domina. O problema do determinismo dos positivistas não é tanto descrever a submissão do homem à “natureza”, mas, não vendo eles a especificidade histórica e social dessa dominação, buscar mistificá-la ou interpretá-la como natural e biológica, sendo ela, na verdade, somente social e historicamente determinada.

2 Abordagens espaciais e(ou) territoriais, no campo do saber geográfico, durante a fase inicial da geografia crítica radical

A relação social não é relação natural. O território não é uma objetividade natural que domina a sociedade. A natureza social não é sociedade natural; há, pois, que penetrar na mistificação *real* que o modo de produção capitalista realiza. As novas questões sociais emergentes nos anos de 1960 a 1970 — ou seja, problemáticas urbanas, exônimo migração, feminismo, movimentos ecológicos, emancipação de minorias, afirmação da cidadania e outros — exigiram novo arcabouço geográfico, quando, então, ganhou respaldo a geografia crítica radical de inspiração marxista. O debate da produção do espaço, na dimensão da economia política, fortaleceu a recusa em “naturalizar” os fatos sociais. Essa corrente fez da própria sociedade a realidade primeira e do espaço geográfico o equivalente da totalização ou o devir social. Entre os diferentes autores que podem ser citados para explicar esse momento importante da geografia e o tratamento do espaço e do território, destacam-se Milton Santos, com a obra **Por uma Geografia Nova**, e David Harvey, com **A justiça social e a cidade**, estudiosos que indicam as raízes históricas e as determinações sociais do espaço. O espaço deixou de ser externo ao homem, organizado por ele, para ser produto desse homem pelo trabalho; por isso, a noção de produção do espaço. A sociedade, assim, só poderia ser analisada e compreendida, em cada momento do tempo, por meio da periodização do espaço geográfico, reciprocamente.

3 Abordagens espaciais e(ou) territoriais, no campo do saber geográfico, durante a fase emergente da geografia humanista

A geografia humanista reforça, após o período de 1970 a 1980, o homem como medida de todas as coisas, de forma que o espaço e suas propriedades não se resumem a medidas numéricas, e o espaço é sempre um lugar ou um território, extensão carregada de significações variadas, de acordo com uma perspectiva mais integrada do espaço com seus valores definidos e definidores de lugares e de territórios. Nessa abordagem, a ação humana tem um contexto físico-social; ainda que se parta de um

enfoque antropocêntrico, a ação humana deve ser entendida no seu contexto mais amplo. O conceito de território e de lugar, nessa corrente, fundamentado na atribuição de valores às coisas que nos cercam, incorpora o homem como produtor de cultura e de identidade; e o ato de generalização teórica não pode perder de vista as particularidades, pois são estas de fato as fundadoras da cultura, uma vez que abstrações explicativas lógicas partem de premissas globais falsas, que reduzem a importância dos artesãos da atividade humana, isto é, os artífices da cultura, dos valores, das significações. Para o geógrafo humanista, generalizar significa negligenciar as propriedades fundamentais dos contextos particulares. Essa corrente está ligada a uma busca filosófica fenomenológica e também hermenêutica, que adota um método em que são reconhecidos contextos próprios e específicos de cada fenômeno, na arte da interpretação das linguagens, dos signos e de seus valores simbólicos. Essa geografia favorece, ainda, a aproximação da ciência e da arte, de tal forma que o território e o lugar constituem conceitos de mediação entre a vida e o universo de representações — meio mais livre e espontâneo da manifestação das culturas e suporte das identidades ou de sua inscrição espacial por intermédio de valores e significações de sujeitos e de grupos sociais territorializados ou em processo de territorialização.

CONCURSO PÚBLICO
INSTITUTO RIO BRANCO
MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES
CARGO: TERCEIRO SECRETÁRIO DA CARREIRA DE DIPLOMATA
PROVA ESCRITA – TERCEIRA FASE
GEOGRAFIA – QUESTÃO 4

PADRÃO DE RESPOSTA

1 Política de atração de imigrantes para Portugal: 1.1) Portugal apresenta um quadro de diminuição da população total, tanto pela saída de portugueses para outros países quanto pelo envelhecimento da população. Hoje, mais de um quinto da população residente em Portugal tem mais de 65 anos de idade, e estima-se que dentro de 30 anos essa proporção aumente para 35%. 72% das pessoas com mais de 65 anos de idade sofrem de doença prolongada, com particular incidência nas mulheres e nas pessoas de menores rendimentos; 1.2) Portugal se propõe a receber quadros altamente qualificados em áreas como a agricultura, com elevadas necessidades de contratação, assim como em setores fundamentais para a competitividade externa ou com elevado impacto do ponto de vista dos equilíbrios territoriais. Por outro lado, sustenta-se que deve ser estimulada a vinda de estudantes e pesquisadores estrangeiros, nomeadamente para mestrados e doutoramentos, já que isso tem um enorme potencial do ponto de vista da internacionalização das universidades portuguesas e de reforço do sistema científico. 1.3) Nos últimos anos, diversos países, entre eles Portugal, têm elaborado programas especialmente voltados para a atração de investidores estrangeiros pessoa física. Entre outras políticas adotadas, destaca-se a concessão de facilidades migratórias, incluindo-se a possibilidade de residência permanente para o imigrante estrangeiro que atender determinados critérios, como montante mínimo a ser investido e a geração de empregos.

2 Motivações da imigração de brasileiros para Portugal: A comunidade brasileira em Portugal possui os mais variados perfis, das mais diversas classes sociais: o grande investidor que é requerente de um “Golden Visa”; o trabalhador altamente qualificado requerente do visto de trabalho; o estudante que busca uma experiência internacional; e mesmo o neto de cidadão português que pretende resgatar o passado da sua família. Assim, apesar de a imigração brasileira de alguma forma ser influenciada pela situação econômica do Brasil, parte deste fluxo de pessoas emigra por qualquer um dos motivos aqui destacados, razão pela qual a imigração brasileira em Portugal tem sido uma constante. Além desses, verificam-se também outros motivos que fazem o cidadão brasileiro optar por migrar para Portugal: familiaridade com a língua; clima mais ameno em relação a outros países europeus; possibilidade de naturalizar-se português; e segurança. Este último fator, sem dúvida, tem-se verificado como uma das principais razões da imigração de brasileiros para Portugal nos últimos dois anos.

3 Preferência dos imigrantes brasileiros pelas áreas urbanas metropolitanas de Portugal: A excessiva concentração das populações e das atividades econômicas nas grandes aglomerações econômicas leva a uma saturação do espaço urbano. Portugal tem uma rede urbana macrocéfala, isto é, de estrutura política e econômica centralizada e dominada por uma grande metrópole que monopoliza a vida econômica, cultural e social: Lisboa. No entanto, também é bicéfala, porque, juntamente com Lisboa, o Porto ocupa o topo da hierarquia e reparte com a primeira as funções de nível superior. Existe uma forte concentração urbana na faixa litoral entre Viana do Castelo e Setúbal, localizando-se aí o maior número de cidades e as maiores aglomerações urbanas (GAMP e GAML). No litoral algarvio existe um conjunto considerável de cidades, com destaque para Faro, cujo dinamismo se deve, em grande parte, ao turismo. No interior, as cidades são em menor número e, na sua maioria, de pequena dimensão. No entanto, tem-se assistido a certo crescimento demográfico de muitos desses centros urbanos, que atraem a população das áreas rurais envolventes (efeito aspirador). Os migrantes brasileiros partem de cidades grandes e médias no Brasil e procuram em Portugal atividades do setor terciário, desenvolvidas em grande parte nas maiores cidades.